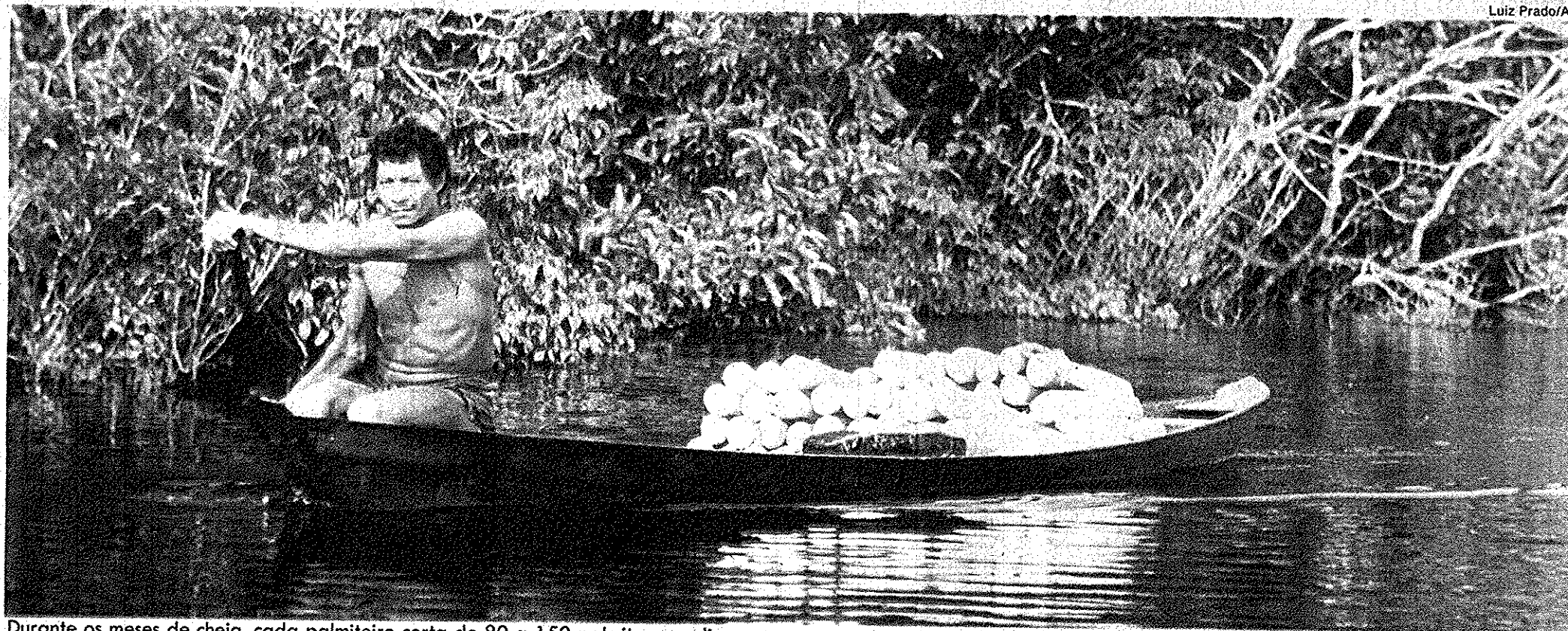


# CEDI

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal da Tarde Class.: Amazônia/ZEE

Data: 15/04/93 Pg.: 13 35



Luiz Prado/AE

Durante os meses de cheia, cada palmiteiro corta de 80 a 150 palmitos por dia

# Preservação da natureza

UM PROJETO CHAMADO DEMENE TENTA SALVAR AS ÁREAS AINDA NÃO OCUPADAS DO AMAZONAS

LIANA JOHN

O fechamento de uma fábrica de palmito, na cidade amazonense de Barcelos, nas margens do rio Negro, a 430 quilômetros de Manaus, é o melhor exemplo de como a ausência de zoneamento pode ter impacto negativo sobre o ambiente. Depois de 7 anos de funcionamento, a fábrica foi fechada por determinação do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, IBAMA. Trinta funcionários foram demitidos e cerca de 20 palmiteiros autônomos, dispensados. Boa parte desses homens foi então trabalhar num garimpo de ouro, em Caborixo, no município vizinho de Santa Isabel.

À primeira vista, parece que eles apenas trocaram uma atividade extrativa por outra. Mas aos olhos dos especialistas, as atividades são muito diferentes e a opção atual — manter a fábrica fechada e o garimpo funcionando — tem impacto muito maior sobre o meio ambiente. Ou seja, ao invés de proteger o ambiente, uma ação do Ibama, indiretamente causou impacto ambiental muito maior.

O ouro é garimpado nos barrancos e nos leitos dos rios, com jatos d'água e dragas. Os garimpeiros destroem os leitos e margens dos rios, provocando assoreamento, além da contaminação com o mercúrio. Já a extração de palmito contribui para o desmatamento, mas somente se exceder a capacidade natural de recuperação dos palmitais.

Até ser fechada, em novembro de 1991, a Jauari Agro Industrial Ltda, do grupo Machline, produzia 70 mil latas de palmito por ano, informou o chefe da fábrica, Antonio Albertino Neto. O palmito lá extraído é de jauari, uma palmeira cheia de espinhos que cresce em abundância nas ilhas e igapós dos rios Negro e Demene. Sua extração é feita apenas nos



Luiz Prado/AE

O satélite mostra a região de Barcelos (ponto branco), no Amazonas.

meses de cheia, quando os palmiteiros entram nas ilhas de canoa e cortam as árvores com água pelo meio do tronco. Durante os meses de vazante, o acesso é dificultado pelos espinhos e animais peçonhentos. Cada palmiteiro corta de 80 a 150 palmitos por dia.

“O próprio sistema de corte limita a extração de palmito aos meses de cheia. Além disso, o controle de qualidade da fábrica — que só compra palmito de um certo tamanho — também regula o

corte. Com base nesse sistema e na análise que fizemos das áreas de ocorrência dos palmitais pelas imagens de satélite da região, calculamos que Barcelos poderia ter até dez fábricas iguais à Jauari, sem produzir impacto ambiental significativo”, explica

Evaristo Eduardo de Miranda, presidente da Ecoforça e coordenador científico do Projeto Demene, que há 3 anos estuda a região.

O Projeto Demene é uma iniciativa da Agência Estado (AE), da Ecoforça e da Universidade Paulista (UNIP/Objetivo), cujo objetivo é produzir um exemplo de zoneamento econômico-ecológico para uma área ainda não ocupada da Amazônia.

O zoneamento é um modelo de metodologia para o macro-zonea-

mento da Amazônia, além de conter propostas de desenvolvimento sustentável para o rio Demene. O Demene desemboca no rio Negro, na altura de Barcelos, principal centro de comércio para os produtos extrativos locais.

De acordo com os resultados preliminares do Projeto Demene, a extração do palmito é uma das melhores alternativas de desenvolvimento sustentável para a população local. O jauari leva 4 a 5 anos para crescer e perilha muito, isto é, cada planta matriz produz de 5 a 6 novos brotos, enquanto os outros levam no mínimo 7 anos para atingir o ponto de corte.

O Ibama fechou a fábrica de palmito, alegando que ela promovia destruição ambiental. Questionada pela reportagem da AE, a superintendência do IBAMA em Manaus não soube explicar o motivo da proibição. A única base legal identificada pela reportagem para a proibição seria a portaria do próprio IBAMA, de número 439, de agosto de 1989, que obriga as empresas exploradoras de palmito nativo a plantar o mesmo número de exemplares extraídos.